

## APRESENTAÇÃO

**MARCO ANTONIO AZEVEDO<sup>1</sup>**

*(UNISINOS, Brasil)*

Neste volume, a ethic@ reúne sete artigos, que representam, na sua maioria, contribuições apresentadas em uma seção do XI Simpósio Internacional Principia, ocorrido em Florianópolis em agosto de 2019, e organizada pelo GT de Ética da ANPOF. Cinco desses artigos tratam de temas de metaética.

Alcino Bonella, no artigo “Em busca do conhecimento moral”, avalia criticamente o tema da pretensão de objetividade dos juízos morais. Conclui rejeitando tanto o niilismo como o subjetivismo, recusando, porém, igualmente as teorias metaéticas realistas que tomam a noção de “verdade moral” e de “conhecimento moral” em sentido literal. Segundo Bonella, como a tese da superveniência solapa de forma decisiva o realismo não-naturalista, e como a “Lei de Hume” e o “argumento da questão em aberto” inviabilizam as abordagens naturalistas, é preciso abandonar o modelo de objetividade pretendido pelas teorias realistas. Haveria alguma saída que pudesse ao mesmo tempo evitar o ceticismo e o “autoengano” realista, mantendo, porém, as pretensões de objetividade e conhecimento que os realistas pretendiam salvar? Bonella defende que sim, porém, essa alternativa não passa pelas abordagens não-cognitivistas clássicas, incluindo o emotivismo. Para Bonella, a saída só pode estar em uma teoria “não-cognitivista” híbrida, capaz de reunir “os aspectos mais plausíveis presentes no naturalismo, como a superveniência, e no intuicionismo, como a não-redutibilidade da moral ao empírico, agrupando-os”, porém, “de outra maneira”. Tal teoria seria uma forma de não-cognitismo complexo, segundo o qual os juízos morais não seriam puramente descritivos ou predicativos, nem meras expressões de atitudes subjetivas de aprovação ou desaprovação individual ou coletiva.

Em “Os pressupostos metaéticos do anarquismo filosófico”, Andrea Faggion examina a tese anarquista de que a autoridade política é inconsistente com a racionalidade prática, já que as “razões” para obedecer aos comandos emitidos por uma autoridade seriam razões “independentes de conteúdo”. Afinal, como poderia haver racionalidade prática sem considerações de conteúdo? Mas quais seriam os pressupostos metaéticos dessa visão? Faggion conclui que a metaética subjacente à concepção anarquista não poderia ser outra, senão uma

metaética cognitivista. Ao examinar essa tese, Faggion avalia a visão de Nozick contra o anarquismo filosófico. Nozick, como é sabido, argumentou que a passagem do Estado de Natureza ao Estado Mínimo é uma passagem racional. Aceitamos o monopólio *de facto* exercido pelo Estado Mínimo por reconhecermos a eficiência dessa opção. Contudo, ao aceitarmos essa subordinação, não abdicamos de nossa autonomia; em outras palavras, aceitamos a autoridade de fato sem conceder ao Estado qualquer privilégio que nós próprios não tenhamos igualmente e independentemente. Assim, a objetividade pretendida por nossos juízos morais preserva-se garantida, sem ser afetada pela circunstância factual de aceitarmos conviver sob a força e proteção de uma única organização. Faggion então discorre sobre os contrastes entre essa posição de Nozick e a de Jeremy Waldron. Para Waldron, ao contrário de Nozick, a questão da objetividade moral é irrelevante para o problema da autoridade política. Mesmo um cognitivista deveria admitir, entende Waldron, que não há procedimentos epistêmicos capazes de gerar respostas corretas a toda e qualquer questão moral relevante. Assim, mesmo que existam fatos morais, não havendo como alcançar consensos passíveis de demonstração, razões independentes de conteúdo geradas pela autoridade política tornam-se um artifício indispensável para a solução de desacordos, assumindo-se que desejamos e precisamos agir em conjunto. Nozick, diz Faggion, poderia contra argumentar aventando a possibilidade de um progresso moral futuro. Todavia, isso não afasta de todo a possibilidade de que haja desacordos morais incomensuráveis, o que abre a possibilidade para o pluralismo moral. Contudo, para um pluralista moral, mesmo o progresso moral mais otimista não poderia dispensar a necessidade prática de que razões independentes de conteúdo geradas por uma autoridade guiem as condutas dos cidadãos, dadas justamente as circunstâncias da política mencionadas por Waldron, a saber, de que precisamos tomar decisões conjuntas mesmo diante de razões incomensuráveis em conflito.

No artigo “Neurociência cognitiva e epistemologia moral: Sobre a irreducibilidade do saber ao conhecimento”, Darlei Dall’Agnol busca em contribuições de neurocientistas importantes, como Milner, Skire e Kandel, argumentos em favor de sua tese de que o *saber*, isto é, o “saber-como” (*knowing-how*), não pode ser analisado em termos de *conhecimento*, ou “saber-que” (*knowing-that*). Darlei chama sua posição de *cognitívismo prático*. Segundo essa visão, o saber moral é compreendido em termos do aprendizado prático de padrões normativos até sua efetiva internalização e o desenvolvimento de capacidades morais adequadas. O que entendemos por saber moral, assim defende Darlei, identifica-se, portanto, com atitudes apropriadas, tais como as atitudes de saber-como cuidar de alguém vulnerável, de respeitar pessoas, entre outras, e não com crenças verdadeiras cognitivamente justificadas. Em seu artigo,

Dall’Agnol examina as consequências metaéticas de sua tese de que o saber moral não implica nem se reduz ao conhecimento.

Denis Coitinho, no artigo “Ignorância moral e o papel das virtudes” estuda o fenômeno da ignorância moral. No artigo, Coitinho define a ignorância moral como o fenômeno que ocorre quando um agente, no controle suas ações, comete um erro de forma responsável, sendo assim objeto apropriado de censura moral, muito embora não saiba que age de forma errada, por desconhecer fatos ou as normas que envolvem a ação. Segundo Coitinho, a ignorância moral de um agente pode ser alvo apropriado de censura apenas quando ele estiver justificado epistemicamente de forma moderada e não expressar as virtudes cidadãs da autonomia e da justiça.

O artigo de Giovani Lunardi, “A natureza do juízo moral em Hume”, defende uma interpretação alternativa sobre a posição de Hume no debate metaético. Para Lunardi, Hume não tinha como objetivo negar a possibilidade de que os juízos morais possuam conteúdo cognitivo, e sim questionar o racionalismo. Hume admitia, defende Lunardi, que conhecimento moral pressupõe princípios estáveis e uniformes regendo o comportamento humano. Segundo Lunardi, a filosofia de Hume aponta para aspecto prático dos juízos morais, isto é, seu papel na orientação e motivação para ações morais o que não seria incompatível com uma metaética cognitivista.

Um sexto artigo apresentado nessa mesma reunião do GT de Ética envolve questões de filosofia da medicina. Bianca Andrade e Marco Azevedo, no artigo “Respeitando biografias até o fim”, questionam-se sobre qual conceito de pessoa mais se adapta à abordagem conhecida como “Person-Centered Healthcare”. No artigo, Andrade e Azevedo revisam os conceitos de pessoa mais influentes na filosofia, mostrando como esses conceitos são incapazes de incluir alguns indivíduos ordinariamente tomados como pessoas no contexto das ações de saúde, como os portadores de transtornos severos da consciência e os pacientes com demência e lesões cognitivas graves. A tese central do artigo é que pessoas são indivíduos dotados de uma biografia socialmente reconhecida, o que implica tomá-los como portadores não apenas de necessidades de cuidados, mas de interesses e demandas legítimas, as quais podem ser exigidas de seus cuidadores. Os autores argumentam que com essa conceitualização é possível compreender por que também indivíduos portadores de transtornos mentais severos seguem sendo pessoas em que pese sua grave incapacidade cognitiva.

Por fim, além dos artigos escritos por membros do GT de Ética, também faz parte deste volume o artigo de Luiz Rohden, “A virtude da solidariedade na hermenêutica enquanto um jogo de *fusão de horizontes*”. No artigo, Rohden defende que, subjacente à teoria e à prática da

Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer, encontra-se a virtude da solidariedade. Um dos aspectos centrais do texto é a defesa de que as chances da sobrevivência humana e de uma vivência mais harmônica e responsável dependem, em grande parte, do esforço e do exercício de saber lidar com o outro, algo que depende essencialmente do que Gadamer chamava de *fusão de horizontes*. Para Rohden, a solidariedade é vista por Gadamer como uma virtude hermenêutica. Do que se depreende que a solidariedade deriva-se do ato hermenêutico de compreender os demais em sua diferença e particularidade, sem o qual convicções comuns jamais poderiam emergir socialmente.

Como se pode ver, há temas coincidentes nessa coleção de artigos. Temas de epistemologia moral são tratados em pelo menos cinco deles, há artigos que lidam com temas de ontologia moral e ao menos um artigo concentra-se nas conexões entre a ética e a hermenêutica (tema, porém, implícito nos artigos que tratam de temas epistemológicos). Há, portanto, um diálogo implícito entre as contribuições, o que certamente deverá estimular reflexões e pesquisas inovadoras. O GT de Ética sente-se, com isso, prestigiado em poder oferecer essa contribuição à *ethic@*. Boa leitura.

<sup>1</sup> Professor de Filosofia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, R. S., Brasil. E-mail: mazevedogtalk@gmail.com